

Notícias Sindicais, 24/04/14

Portal da CUT

MTE modifica regras para concessão e alteração do código sindical

23/04/2014

"É fundamental que os sindicatos, federações e confederações CUTistas fiquem atentos às novas regras", alerta Jacy Afonso, secretário de Organização da CUT

*Escrito por: CUT Nacional**

Nova Portaria nº 186/2014 determina que a Caixa não será mais responsável pelo gerenciamento do código sindical e cria novas exigências

Todos os procedimentos referentes à concessão, alteração ou cancelamento do código sindical não serão mais realizados pela Caixa Econômica Federal e sim diretamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego. As novas regras estão em vigor desde março e valem para todas as alterações e geração de código sindical que ainda não foram realizadas pela Caixa, independente da data de validação dos pedidos de atualização no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES).

Segundo Jacy Afonso, secretário Nacional de Organização da CUT, as entidades que solicitarem a geração do código sindical terão de abrir primeiro uma conta corrente na Caixa para os depósitos da contribuição sindical e depois informar os dados da agência e conta-corrente junto ao protocolo da SD (Solicitação de Dados Perenes) de filiação diretamente no MTE. "Antes o procedimento era o inverso. Com o protocolo do MTE em mãos, as entidades sindicais iam às agências da Caixa abrir a conta. Agora as entidades precisam ficar atentas, pois o processo inverteu", explicou.

Após a validação de SD de filiação e havendo pedido da entidade sindical para a geração ou alteração do código sindical, o MTE gerará o código e remeterá à Caixa as informações do novo código, agência e conta-corrente à qual a entidade estará vinculada.

É importante ressaltar que somente as entidades que ainda não possuem código sindical junto à Caixa é quem devem indicar no processo de SD o pedido de geração de código sindical, informando o número da agência e da conta-corrente. As entidades que já possuem código e só pretendem alterar a filiação à federação, confederação ou central não há a necessidade dessa informação, pois já possuem a conta-corrente aberta. Para esses casos, precisam somente fazer nova SD de filiação e o MTE irá alterar automaticamente o código sindical.

De acordo com a Secretaria de Relações do Trabalho do MTE, como a informação da conta-corrente para emissão do código consta apenas no protocolo enviado ao MTE, a geração do código sindical se dará quando esse processo tramitar da Superintendência Regional do Trabalho no estado para a Secretaria de Relações do Trabalho, em Brasília. Para agilizar o processo enquanto a informação da conta não é atualizada no CNES, o ideal, segundo a SRT, é que a entidade sindical envie cópia digitalizada do pedido de geração de código sindical para o e-mail

atendimento.srt@mte.gov.br.

Outra determinação que entrará em vigor é a obrigatoriedade de informar os responsáveis pela conta da contribuição sindical. Entretanto, enquanto esta informação não é atualizada no sistema, a SRT recomenda que no ofício de pedido de código sindical a entidade informe quais são os dirigentes cadastrados no CNES que responderão pela conta da contribuição sindical.

A entidade saberá das alterações ou criação do código sindical ao entrar no CNES. A informação está na parte superior direita do extrato, acima da razão social da entidade.

Suspensão do código – Conforme as regras da Portaria nº 186/2014, as entidades sindicais precisam informar o novo quadro de dirigentes quando o mandato da diretoria vencer. Caso as entidades não atualizem as informações em até 120 dias, o código sindical será suspenso.

Para Jacy Afonso, é fundamental que os sindicatos, federações e confederações cutistas fiquem atentos às novas regras para não correrem o risco de terem seus códigos suspensos por falta de informação.

Em caso de dúvidas, é possível entrar em contato diretamente com a central de atendimento da SRT por meio do sistema ouvidor do Ministério do Trabalho e Emprego, no endereço:

<http://portal.mte.gov.br/cnes/atendimento-da-secretaria-de-relacoes-do-trabalho.htm>.

**com informações Secretaria Nacional de Organização (SNO)*

Monitor Mercantil, 24/04/14

Produção, uso da capacidade e empregos na indústria caem em março

Apesar dos estoques terem se mantido estáveis e adequados ao planejado, a produção e a utilização da capacidade instalada (UCI) da indústria caíram em março em relação ao mês anterior, informa a pesquisa Sondagem Industrial, divulgada nesta quarta-feira, 23 de abril, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O indicador da evolução da produção registrou 48,8 pontos e a UCI efetiva em relação à usual nos meses de março ficou em 42,9 pontos. Os indicadores variam de zero a 100. Valores abaixo de 50 indicam queda de produção e UCI abaixo do usual. Houve recuo, também, no número de empregados, cujo indicador situou-se em 48,6 pontos, inferior, portanto, à linha divisória dos 50 pontos. A pesquisa da CNI assinala que influenciou nestes resultados o menor número de dias trabalhados em março, devido ao carnaval.

Trimestralmente, a Sondagem Industrial indaga do empresário sobre suas condições financeiras. De janeiro a março últimos, tanto a margem de lucro operacional quanto a situação financeira foram avaliadas como insatisfatórias, com 42 pontos e 47,2 pontos, respectivamente, os índices mais baixos desde 2009. Atingiu igualmente o pior nível desde 2009 a dificuldade de acesso ao crédito, com 39,2 pontos, "substancialmente abaixo", pontua a Sondagem, da linha divisória dos 50 pontos (valores maiores do que 50 representam satisfação com margem de lucro operacional e a situação financeira, facilidade no acesso ao crédito ou aumento no preço médio das matérias-primas).

As expectativas do empresariado da indústria para os próximos seis meses sobre a demanda revelaram-se positivas em abril, com 56,4 pontos. A expectativa para a quantidade exportada atingiu o índice de 50,4 pontos, praticamente sobre a linha divisória.. São perspectivas menores em relação às percepções de março, que foram de 57,9 pontos e 53,1 pontos, respectivamente.

A CNI destaca que para mudar o quadro de insatisfação e de queda das expectativas do empresariado da indústria, é preciso recuperar sua confiança. "Parte da falta de confiança tem sua raiz na incerteza quanto à execução - ou não - de medidas eficazes que revertam o quadro de baixa competitividade. Na medida em que os avanços nessa agenda são adiados ou limitados, tornam-se cada vez mais difíceis a retomada do investimento e a recuperação da indústria", enfatiza a Sondagem Industrial.

A pesquisa foi realizada entre 1 e 10 de abril com 1.858 empresas, das quais 724 de pequeno porte, 691 médias e 443 grandes.

Portal CTB

Dieese e centrais realizam nova jornada de debates sobre negociação coletiva

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em conjunto com as centrais sindicais, realizada nesta quinta-feira (24), em Brasília, a 9ª Jornada Nacional de Debates.

Com o tema "Desafios e perspectivas das negociações em 2014", a edição será realizada simultaneamente nas 18 cidades onde o Dieese possui escritórios regionais.

Além disso, nas demais capitais onde não há escritório regional, a jornada acontece entre os dias 6 e 16 de maio.

O evento pretende discutir os principais desafios do processo de negociação deste ano com a presença de economistas e sindicalistas. No debate, também serão apresentados os principais indicadores da conjuntura nacional e questões específicas de cada região.

Aqueles que desejam participar do evento, em Brasília, devem confirmar presença pelo telefone 61 – 3345.8855 ou pelo e-mail terrania@dieese.org.br.

De Brasília, Daiana Lima - Portal CTB

Portal CTB

Bancários baianos protestam contra demissões e fechamento de agências do HSBC

Os bancários realizaram nesta quarta-feira (23), em Feira de Santana (BA), um Dia Nacional de Luta contra o processo de reestruturação em andamento no HSBC que está provocando demissões e fechamento de agências e piorando as condições de trabalho. A mobilização que aconteceu na única agência de Feira de Santana, tem por objetivo alertar os clientes contra o descaso do banco inglês.

Os dirigentes sindicais colocaram faixa em frente agência e distribuíram uma carta aberta aos clientes sob o título de "HSBC: descaso no Brasil e no mundo", para explicar os motivos dos protestos e pedir o apoio de toda a população.

Para José Venas membro do COE (Comissão de Organização dos Empregados do HSBC), a característica da reestruturação é nociva para trabalhadores e clientes. Ele aponta "demissões, fechamento de agências, falta de funcionários, aumento da pressão e do assédio moral para o atingimento de metas absurdas, discriminação e perseguição aos adoecidos pelo trabalho, seguidas por mudanças constantes no seu modelo de negócios, gerando insegurança no trabalho".

Apesar de ser um dos maiores bancos do planeta, com lucro mundial de U\$ 16,2 bilhões (R\$ 37 bilhões) em 2013, no Brasil a política do banco é reduzir custos. "Somente nestes primeiros três

meses do ano, 20 agências já foram fechadas e 142 funcionários dispensados, o que aponta que essa situação pode piorar ainda mais", salienta Miguel.

Para aumentar as incertezas, o banco inicia mais um processo de mudanças no Brasil, com a transformação de agências convencionais nas chamadas "agências de negócios", com menor estrutura, e na sua filosofia de relacionamento com clientes, baseada na "venda responsável de produtos".

O diretor do Sindicato observa que "essa forma correta de se relacionar com clientes e usuários não pode servir para o banco repassar suas responsabilidades institucionais para as 'costas' de seus funcionários, aumentando ainda mais as cobranças e o patrulhamento interno, sem readequar sua estrutura interna e de fato dar as condições objetivas para que isso aconteça".

"Queremos denunciar que os funcionários do HSBC no Brasil não podem ser feitos de 'bodes expiatórios' para práticas de gestão condenáveis, quando de fato não forem suas responsabilidades", enfatiza.

"Com o dia nacional de luta, cobramos respeito e valorização para os bancários e clientes do banco", ressalta Sandra Freitas presidenta do Sindicato dos bancários de Feira de Santana.

Fonte: Seeb de Feira de Santana

Portal da CSB

CSB condena financiamento público a empresas estrangeiras

Central critica o empréstimo de R\$ 2,6 bilhões do BNDES à Anglo American, conglomerado sul-africano do ramo de mineração

A Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) considera inadmissível o aporte de R\$ 2,6 bilhões feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à empresa sul-africana de mineração Anglo American. Segundo o jornal *Valor Econômico*, já foram adquiridos pela empresa um total de US\$ 5,6 bilhões em financiamento, e o montante investido pela instituição brasileira requer especial atenção.

No momento em que o Brasil necessita de investimentos no setor produtivo nacional, é – no mínimo – insensato o BNDES, com recursos públicos, financiar empresas estrangeiras como a Anglo América. O que torna o fato ainda mais grave é que grande parte desses recursos vem do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O FAT é um programa do Ministério do Trabalho e Emprego destinado ao custeio de direitos do trabalhador, como o seguro-desemprego, abono salarial, além do financiamento de programas de desenvolvimento econômico. Destinar tais recursos para fomentar multinacionais estrangeiras é macular os reais objetivos do FAT e desestimular a economia.

No mesmo ritmo do projeto de distribuição de renda e diminuição da desigualdade, construído pelo governo, é preciso avançar na ampliação da indústria nacional. E o BNDES tem papel fundamental na promoção do desenvolvimento econômico e social do Brasil. A previsão do Banco de investir R\$ 733 bilhões na indústria até 2017 deve ser concretizada na forma de estímulo a todos os setores da produção nacional, alavancando, assim, o desenvolvimento econômico de forma robusta e duradoura.

A CSB considera fundamental o diálogo entre o poder público, o empresariado e a sociedade para a construção de um projeto sólido de estímulo ao crescimento nacional. Além disso, é essencial que o governo e as instituições como o BNDES trabalhem para o aumento dos recursos para inovação, estímulos ao crescimento de pequenos e micronegócios, fortalecimento da defesa comercial nacional, criação de regimes especiais para agregação de valor e de tecnologia nas cadeias produtivas, bem como o acompanhamento e a avaliação de políticas de estímulo a estes setores.

Concentrar forças e investimentos à inovação e à produção nacional para alavancar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo, mobilizar as forças produtivas para competir e crescer, são mecanismos essenciais para transformar o País numa nação mais próspera, inclusiva e que valoriza os trabalhadores, os principais responsáveis pelo desenvolvimento do Brasil.

Central dos Sindicatos Brasileiros

Portal Mundo Sindical

Grevistas ocupam de novo a Secretaria Municipal de Educação de Maceió e definem agenda de luta

Em greve desde o dia 10 de abril, trabalhadoras/es da rede municipal de educação de Maceió realizaram na manhã desta terça-feira (22), ato público no pátio da Secretaria Municipal de Educação (Semed), protestando contra a indefinição com relação aos pontos pendentes da pauta de reivindicações da categoria. Durante a atividade, foram repassadas as informações sobre a audiência com a secretária Ana Dayse, da última quarta-feira e definida uma agenda de luta para

esta semana.

A categoria está reivindicando da Semed o cumprimento do reajuste do piso salarial do magistério de acordo com o índice definido nacionalmente – de 8,32% (até agora só foi garantido 7%), a implantação de 1/3 de hora-atividade e o pagamento do retroativo do difícil acesso, que vêm sendo cobrado pelo Sinteal e que a gestão municipal nega.

No início da manhã, a secretária municipal de Educação, Ana Dayse Dórea, esteve na imprensa responsabilizando, de maneira absurda, a classe trabalhadora e considerando a mobilização uma “insensibilidade”. “A secretária deveria explicar à sociedade, e aos pais e mães, por quê está deixando os alunos largados no pátio, o porquê da falta de professores, ou porque está utilizando estagiários no lugar de profissionais para cuidar das nossas crianças”, disse a presidenta Consuelo Correia.

Sem avanços, a categoria definiu manter a mobilização em uma agenda de lutas para esta semana:

Dia 23/04 (quarta-feira): 08h – Sessão pública sobre educação infantil (Local: ESMAL)

Dia 24/03 (quinta-feira): 09h – Seminário de abertura da semana da educação (Local: Espaço Cultural Profª Jarede Viana (Sinteal))

14h30 – Ato durante sessão na Câmara dos Vereadores de Maceió.

Fonte: Sinteal - 23/04/2014

Portal Mundo Sindical

MS: Sindicato e empresas de celulose não entram em acordo sobre reajuste de trabalhadores

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas e as duas fábricas de celulose instaladas no município não chegaram a um acordo sobre o reajuste salarial dos trabalhadores que prestam serviço na área rural no plantio e manejo do eucalipto.

Inicialmente, o sindicato pleiteava um reajuste de 15% e a fixação de um piso salarial de R\$ 802 para esses trabalhadores. Entretanto, segundo a presidente do sindicato, Jenir Neves, a Fibria ofereceu um reajuste inferior à correção do índice da inflação. Depois de algumas reuniões, elevou o percentual para 5.5% e ofereceu um piso salarial de R\$ 785. O Sindicato, por sua vez, não aceitou, já que a correção da inflação foi de 5,39%.

Em relação a Eldorado Brasil, Jenir Neves informou que a empresa ofereceu um piso salarial de R\$ 786, entretanto, o sindicato reivindica R\$ 802,00. Em relação ao reajuste, a Eldorado ofereceu 6.8%, porém o sindicato quer, pelo menos, 9%. “Não está fácil à negociação com essas duas empresas. Nenhuma avança nas propostas para os trabalhadores” destacou Jenir.

O sindicato reivindica também o pagamento de horas in itinere pelo período de quatro horas, porém as empresas querem pagar duas horas de transporte dos trabalhadores. “O trabalho do campo é sempre muito árduo e o percurso também é muito difícil, então por esses motivos, é que queremos uma negociação melhor, porque precisamos produzir em quantidade e qualidade, mas, paratanto, temos que trabalhar feliz”, salientou.

Fonte: Ana Cristina Santos/Jornal do Povo - 23/04/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicato pedirá reintegração à Volkswagen

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC garantiu que vai avaliar caso a caso dos 21 demitidos da unidade de São Bernardo da Volkswagen e, caso seja comprovado o direito à estabilidade desses trabalhadores, pedirá à montadora reintegração.

Na quarta e quinta-feira da semana passada, a empresa dispensou os profissionais que, em conversa com a equipe do Diário, revelaram ter sofrido acidentes na fábrica e herdado sequelas ou desenvolvido doenças do trabalho. Acordo coletivo entre o sindicato e a Volks prevê estabilidade para trabalhadores nestas situações.

“O sindicato vai dar a assistência jurídica necessária aos profissionais. Vamos verificar a situação de cada um. Para aqueles que estiverem garantidos pela convenção coletiva ou pelo acordo firmado entre o sindicato e a empresa, vamos argumentar junto à companhia para que seja feita a reintegração”, afirmou o secretário-geral da entidade, Wagner Santana.

Ele acrescentou que buscará o Judiciário se a montadora não readmitir os trabalhadores, mesmo com previsão em acordos. “Caso a fábrica insista na demissão, encaminharemos o processo jurídico necessário para a reintegração desses trabalhadores.” Procurada novamente, a Volks informou que não comentará o assunto.

CAMINHÕES

O presidente do sindicato, Rafael Marques, acredita que a Mercedes-Benz aguarda o resultado da adesão ao PDV (Programa de Demissão Voluntária) na fábrica de São Bernardo, para

definir como será a redução da linha de produção de caminhões e quantos trabalhadores sairão de licença remunerada em 5 de maio. "Pode ser que esse número influencie na decisão da montadora", destacou.

A Mercedes abriu o PDV no dia 7. Informou que o prazo para a adesão segue até 9 de maio. A montadora informou que o programa é destinado à cerca de 9.500 funcionários horistas. Reconheceu também, por meio de comunicado divulgado aos trabalhadores, que há um excedente de 2.000 contratados na planta são-bernardense.

Mercadante se interessa por proteção

Após encontro com o ministro chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques, disse que o chefe da Pasta está interessado em reanimar a discussão sobre a adesão do projeto de proteção ao emprego conforme sistema alemão. "A reação dele foi muito boa. Ele disse que já tinha se informado na Casa Civil sobre esse projeto, que parece estar em desenvolvimento por lá", explicou Marques.

Esse modelo de proteção garantiria, em momento de crise reconhecido pelo governo federal e pelos sindicatos envolvidos, redução na jornada de trabalho de 20% a 50% e também nos salários, com participação do Executivo federal nos pagamentos. "Tudo isso previsto em convenções e acordos coletivos com as empresas", destacou Marques. Desta maneira, os custos para as montadoras seriam reduzidos por mais tempo, além da média de cinco meses do lay-off atual. Sem data marcada, revela Marques, as centrais sindicais devem levar a proposta à presidente Dilma Rousseff.

Fonte: Pedro Souza/Diário do Grande ABC - 23/04/2014

Portal Mundo Sindical

Sem negociar com trabalhadores, Embraer paga segunda parcela da PLR 2013

Os trabalhadores da Embraer receberão, no próximo dia 30, a segunda parcela da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) 2013. Cada funcionário receberá R\$ 1.793,18 mais 24,58% sobre o salário. Serão R\$ 67,8 milhões divididos entre mais de 18 mil trabalhadores.

Na primeira parcela da PLR 2013, paga em outubro do ano passado, cada trabalhador recebeu R\$ 878,13 mais 12,46% sobre o salário.

O cálculo usado pela Embraer contraria a proposta do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, já aprovada em assembleia pelos trabalhadores. O Sindicato defende que a PLR seja distribuída em partes iguais e equivalente a 25% do lucro operacional da empresa, fechado em R\$ 1,6 bilhão, em 2013. Se essa fórmula fosse usada, cada trabalhador receberia R\$ 23.202.

Pelo cálculo atual, um funcionário com o salário médio de R\$ 3 mil receberá cerca de R\$ 4.520 no ano (somando-se primeira e segunda parcela). Para efeito de comparação, os trabalhadores da General Motors receberam, em 2013, R\$ 16 mil.

Hoje a PLR refere-se a 12,5% do lucro líquido da Embraer (R\$ 777 milhões) e é proporcional ao salário.

Ao contrário do que acontece com as outras indústrias metalúrgicas, a Embraer não negocia o valor da PLR com o Sindicato e não reconhece as votações dos trabalhadores em assembleia.

"A Embraer vive um momento de grandes contratos. Apesar da produção estar em alta, o número de trabalhadores não cresceu. O valor da PLR não condiz com a realidade da empresa. Por isso, defendemos que a direção da Embraer atenda a reivindicação dos trabalhadores e passe a negociar com o Sindicato", afirma o vice-presidente do Sindicato, Herbert Claros da Silva.

Fonte: Shirley Rodrigues/Assessoria Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região - 23/04/2014

Agência Brasil, 24/04/14

Dilma sanciona Marco Civil da Internet

Luana Lourenço – Repórter da Agência Brasil Edição: Lillian Beraldo

A presidenta Dilma Rousseff sancionou hoje (23) o Marco Civil da Internet durante a abertura do Encontro Global Multissetorial sobre o Futuro da Governança da Internet - NET Mundial, em São Paulo, que reúne representantes de governos, sociedade civil, técnicos e usuários da rede de vários países. A nova lei será publicada em edição extra do *Diário Oficial* ainda hoje.

O marco civil, aprovado pelo plenário do Senado na noite de ontem (22), define os direitos e deveres de usuários e provedores de serviços de conexão e aplicativos na internet. A aprovação abre caminho para que os internautas brasileiros possam ter garantido o direito à privacidade e à não discriminação do tráfego de conteúdos.

Após assinar a sanção, Dilma iniciou seu discurso defendendo o respeito aos direitos humanos, à privacidade e à liberdade de expressão na internet. "Os direitos que as pessoas têm *offline* também devem ser protegidos *online*", comparou.

Ontem (22), pelo Twitter, Dilma avaliou o marco civil como “um passo fundamental para garantia da liberdade, da privacidade e do respeito aos direitos do usuário da internet”, além de destacar o papel da lei na garantia da neutralidade do caráter livre e aberto da rede mundial.

A presidenta também destacou os mecanismos de defesa dos direitos dos usuários estabelecidos com a nova legislação. “O novo marco civil estabelece que as empresas de telecomunicações devem tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados. Além disso, o marco civil veda bloquear, monitorar, filtrar ou analisar o conteúdo dos pacotes de dados. O nosso modelo de marco civil poderá influenciar o debate mundial na busca do caminho para garantia de direitos reais no mundo virtual”, escreveu Dilma em sua conta pessoal no Twitter.

Portal da CUT

Aprovação do Marco Civil da Internet é vitória dos movimentos sociais

23/04/2014

Presidenta Dilma sancionou texto da nova lei nesta quarta-feira (23), durante abertura do evento NetMundial

*Escrito por: CUT Nacional**

Nesta quarta-feira (23), durante abertura da Conferência Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança na Internet, a NetMundial, que acontece em São Paulo e reúne representantes de mais de 90 países, a presidenta Dilma Rousseff sancionou, simbolicamente, o Projeto de Lei 21/2014, conhecido como Marco Civil da Internet, aprovado na noite de ontem (22) pelo Senado Federal.

Durante a cerimônia, a presidenta disse que a internet que queremos só é possível em um cenário de respeito aos direitos humanos, em particular a privacidade e a liberdade de expressão. Disse também que os direitos que as pessoas têm offline também devem ser protegidos online.

A sanção do Marco Civil da Internet significa uma vitória dos movimentos sociais, que participaram ativamente da elaboração do texto e se mobilizaram para garantir que o Projeto fosse aprovado pelo Congresso sem alterações no conteúdo.

Apesar da tentativa da oposição de adiar a votação do Marco e da tensão durante a sessão no Plenário na terça-feira, o texto foi aprovado pelo Senado por unanimidade. A nova lei pode ser considerada uma espécie de Constituição para uso da rede no País e sua aprovação eleva o Brasil à referência mundial em democratização da rede.

“O Marco Civil é um forte instrumento de garantia da liberdade na rede, pois garante que todos os que queiram disseminar conteúdo pela internet, consigam”, afirma Rosane Bertotti, secretária nacional de Comunicação da CUT e coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). “A mobilização dos movimentos sociais foi fundamental para aprovação; uma luta conjunta e articulada que garantiu esta vitória”, ressalta.

* com informações agências de notícias

Portal da CTB

Petrobras: uma jogada com dois grandes lances

Há menos de uma década que o mundo sofre os impactos da mais globalizada crise do sistema capitalista. Mesmo que em algumas nações, destacadamente as dos Brics, as consequências ocorrem com intensidades distintas, nenhuma passa imune aos seus nefastos efeitos e condicionamentos.

Com o seu *crash* em 2008, recrudescimento e de sua incerta recuperação, retomou-se noutro patamar os debates em torno dos projetos civilizacionais. “A mão invisível do mercado”, centro causal dessa ocorrência, sofre importante abalo enquanto modelo e mais uma vez comprova sua incapacidade de estabelecer equilíbrios e atender os anseios dos povos.

Retomaram-se nesse contexto o papel do Estado, sejam transitórias – os centros capitalistas usurparam trilhões de dólares dos cofres públicos para evitar a bancarrota – ou como centrais em projetos indutores de importantes economias mundiais, como a do Brasil, por exemplo.

A resultante desse novo quadro é que a geopolítica tem sua transição à multilateralidade acelerada, provocando uma condenável e perigosa reação política, econômica e militar do império estadunidense.

A atual região latino-americana e caribenha reforça essa transição alvissareira e também por essas razões é alvo de desestabilizações por parte dos Estados Unidos, particularmente contra seu núcleo político, econômico e energético: Brasil, Argentina e a Venezuela.

No que pese o remédio neoliberal experimentado e fracassado sofrer derrotas, as disputas por suas ideias continuam vivas. Nessa direção o sistema financeiro global retoma a iniciativa política e ataca a intervenção estatal, o gasto público e os meios que o promove.

O Brasil está nessa mira e agora sob o ambiente da antecipação eleitoral presidencial, a oposição liberal, vinculado a esse rentismo forâneo, declara guerra política. De uma forma escandalosa aparelha os meios de comunicação no país, deturpa informações e busca manipular a opinião pública.

No vale tudo para tentar retomar o comando do país – de triste memória - o novo consórcio conservador não poupa sequer o patrimônio brasileiro. Para isso camuflam esses interesses e utilizam-se do velho discurso falso moralista udenista utilizado contra Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek, João Goulart e agora Dilma Rousseff. Essa burguesia não admite ficar um tempo recorde sem o comando direto da Presidência da República.

Um centro indutor e fiador para o desenvolvimento brasileiro

A atividade petrolífera no país está em 11% do PIB, posiciona-se com forte protagonismo na nova conformação geopolítica energética, distancia-se da influência norte-americana e aproxima-se contratualmente da China.

Para isso, avançou na regulamentação dessa atividade sob os auspícios do pré-sal, garantindo nela maior soberania, controle e exigências de conteúdo local. No regime da partilha e como operadora única, a Petrobras exerce papel estratégico nessa nova lei. Essa conquista teve forte oposição dos liberais.

Com os palanques eleitorais pré-montados essas duas disputas ganham novos impulsos e são as causas não explícitas dessa sórdida campanha contra a Petrobras. Aproveitam-se de equívocos administrativos e buscam responsabilizar a Presidenta da República, e tentam ao mesmo tempo, fragilizar a estatal para justificar sua incapacidade financeira e até moral de conduzir sozinha essa importante reserva petrolífera. Seria a condição para modificar o atual marco regulatório e eliminar o atual regime da partilha, eixos mais soberanos dessa lei.

Nessa quadra internacional de profunda crise só a sanha de uma burguesia explica essa orquestrada campanha. Como sentenciou Saul Leblon: “a pátria dessa turma é o dividendo”. Símbolo do sucesso brasileiro, poucos países no planeta tem uma estatal para viabilizar uma carteira composta por mais de mil projetos, orientados sob um robusto planejamento estratégico que prevê até 2018 investimentos de U\$ 220,6 bilhões, com R\$ 50 bilhões em caixa.

Nos últimos 12 anos os fatos e os resultados da Petrobras descredibilizam a oposição neoliberal que já a administrou e quase a privatizou.

Em 2002, a Petrobras valia R\$ 30 bilhões, sua receita era de R\$ 69,2 bilhões, o lucro líquido de R\$ 8,1 bilhões e os investimentos não passavam de R\$ 18,9 bilhões. Uma década depois, em 2012, o valor de mercado passou ser de R\$ 260 bilhões, a receita subiu para R\$ 281,3 bilhões, o lucro líquido para R\$ 21,1 bilhão e os investimentos foram multiplicados para R\$ 84,1 bilhão.

Antes do governo Lula, a Petrobras contava em 2002 com um efetivo de 36 mil trabalhadores próprios, produzia 1 milhão e 500 mil barris de petróleo por dia e tinha uma reserva provada de 11 milhões de barris de óleo. Em 2012 a empresa foi para 85 mil trabalhadores, produz 2 milhões de barris de óleo por dia e aumentou a reserva provada para 15,7 bilhões de barris de petróleo.

Já quanto aos noticiários envolvendo um dos inúmeros projetos da empresa – a compra da refinaria Pasadena – reforçamos a defesa do patrimônio público, de sua transparência e probidade, e exigimos apurações de quaisquer denúncias, mas não apoiamos o oportunismo eleitoral em torno da Petrobras.

Portanto, distinguir a essência das aparências do jogo político é sempre um exercício indispensável à verdade.

Portal do MST

Em jornada, MST ocupa três fazendas no Ceará

23 de abril de 2014 - Da Página do MST

Duzentas famílias organizadas pelo MST junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Quixeramobim (CE) ocuparam, na manhã desta terça-feira (22), a Fazenda Boa Vista.

A área com mais de 1.000 hectares estava abandonada há mais de cinco anos pelos proprietários.

O MST enviou solicitação de vistoria imediata ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para que o processo de desapropriação fosse acelerado.

Já em Ibaretama, no sertão central cearense, o MST ocupou a fazenda bonito com 300 famílias.

A área fica nas proximidades da sede do município, e os trabalhadores reivindicam a terra para a construção de moradias, além de produzir. Nela, os Sem Terra pretendem organizar uma Comuna da Terra.

Cerca de 100 famílias também ocuparam a fazenda Viana, no município de Itarema, Litoral leste do estado.

De acordo com Marcelo Matos, da coordenação do MST na região, “outras ocupações devem acontecer para pedir justiça no campo e a celeridade da Reforma Agrária”.

A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas de Abril, que tem como objetivo relembrar os 18 anos de Massacre em Eldorado dos Carajás, no Pará, quando 21 Sem Terra foram assassinados pela Polícia Militar.

Portal do MST

No Pará, camponeses são indenizados por perda de terras durante a ditadura

23 de abril de 2014 - Da RBA

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, indenizou quatro camponeses no município de Marabá (PA) pela perda de terras durante o período da ditadura. Entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, período que compreendeu a Guerrilha do Araguaia, cerca de 600 famílias de camponeses sofreram crimes cometidos pelo Estado brasileiro na região.

A sessão foi realizada na terça-feira (22) em uma praça pública do município. Outros cinco pedidos de indenização, nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, estão sendo analisados pelo governo federal. A reportagem foi ao ar no Seu Jornal, da TVT.

Pedro Matos do Nascimento é aposentado e foi indenizado pela Comissão da Anistia. Pedro afirma que ficou preso durante 45 dias no final da década de 1960, e que muitas famílias perderam suas terras por abrigarem militantes durante a Guerrilha do Araguaia. “O exército achou que eu colaborava com a guerrilha, mas eu dava comida, oferecia de dormir”, relata.

A vice-presidente da Comissão de Anistia, Sueli Bellato, apontou que, quando guerrilheiros iniciaram a luta armada na região do rio Araguaia, houve um intercâmbio de conhecimento entre os camponeses e os militantes do PCdoB, que organizou a Guerrilha.

A Comissão de Anistia foi instalada pelo Ministério da Justiça no dia 28 de janeiro de 2001, já analisou casos de violação de direitos humanos na época da ditadura em 20 estados. O Ministério da Justiça concede indenizações retroativas e homenagens aos prejudicados pela ditadura.

Organizado por Ernesto Germano